

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.056 - SP (2019/0295893-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : RAFAEL NONAKA DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : BRUNO FÉLIX DE PAULA - SP375946
RAFAEL NONAKA DA SILVA - SP377457
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS DANIEL DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CARLOS DANIEL DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2190337-48.2019.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito, em 03/07/2019, pois, "*agindo em concurso de desígnios com os adolescentes J. G. M. de D. e B. F. dos S., traziam consigo, para fins de entrega a terceiros, 06 (seis) porções de cocaína, adicionadas em papel alumínio, com massa líquida de 2,68 gramas [...] e 14 porções de maconha, com massa líquida de 61,46g*" (fl. 30). Em seguida, o flagrante foi convertido em prisão preventiva (fls. 45-48). O Ministério Público ofereceu denúncia pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, c.c. o art. 40, inciso VI, todos da Lei n.º 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, que teve a ordem denegada pela Corte de origem, nos termos da seguinte ementa (fl. 140):

"'Habeas Corpus' hostilizando a prisão preventiva. 1. Prisão cautelar que se mostra necessária para garantia da ordem pública, situação que pode vir caracterizada pelas próprias circunstâncias do crime imputado. 2. Decisão fundamentada. Ordem denegada."

Daí o presente *mandamus*, no qual a Parte Impetrante sustenta não existir fundamentação idônea para o decreto de prisão preventiva. Afirma, ainda, que se trata de Paciente primário, com bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita.

Argumenta que os atos infracionais anteriores "*não podem ser considerados como antecedentes penais porque não é crime, além disso, medida socioeducativa não é considerada como pena*" (fl. 8).

Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e a imediata expedição de alvará de soltura.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

O *decisum* atacado está assim fundamentado (fls. 142-143; grifos no original):

"São elementos de prova a sugerir condutas significativamente reprováveis sob a óptica penal.

Quadro, marcado pela quantidade, diversidade e natureza dos entorpecentes apreendidos (atente-se ao elevado poder lesivo da cocaína à saúde pública), além da associação criminosa envolvendo menores, a indicar, pelo menos nesta etapa processual, que a custódia cautelar é necessária para garantia da ordem pública, situação esta que pode vir assentada em dados empíricos da própria causa em discussão (STF, HC n° 101.300, rel. Min. Ayres Britto; HC n° 103.378, rel. Min. Cármen Lúcia; HC n° 93.283, rel. Min. Eros Grau).

Neste passo, a colocação do paciente em liberdade representa um risco à saúde e à segurança públicas.

Remarque-se que condições pessoais favoráveis do réu 'não são garantidoras de eventual direito à liberdade, quando outros elementos constantes dos autos recomendam a sua custódia provisória' (STJ, RHC n° 16.789, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; no mesmo sentido, STJ, RHC n° 16.697, rel. Min. Gilson Dipp, HC n° 36.831, rel. Min. Felix Fischer; STF, HC n° 88662, rel. Min. Eros Grau).

4. Sublinhe-se que a decisão hostilizada encontra-se fundamentada (conversão da prisão em flagrante e prisão preventiva – fls. 32/35), com referência a circunstâncias concretas da causa, podendo-se inferir de seu contexto que não se cuida de decisão calcada apenas na gravidade em abstrato do crime."

Como se percebe, a decretação da prisão preventiva não se mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, tendo sido amparada no *modus operandi* do delito, pois o Paciente encontrava-se envolvido com adolescentes para suposta mercancia de drogas, bem como pela quantidade e natureza dos entorpecentes apreendidos. A propósito, "[s]ão

Superior Tribunal de Justiça

idôneas as razões invocadas pelo Juízo de origem para embasar a ordem de prisão, porquanto evidenciou o fundado risco de reiteração delitiva, ante os indícios de a recorrente integrar associação voltada ao comércio habitual de drogas, com o envolvimento de adolescentes na prática delitiva, bem como diante da quantidade de entorpecente apreendido no curso das investigações" (RHC 104.796/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019).

Concluo, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo singular, especialmente sobre a situação prisional do Paciente, a serem instruídas com senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora